

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO, DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ORÇAMENTARIAS DO PODER EXECUTIVO E APRESENTAÇÃO PELO SERVIÇO AUTÔNIMO MUNICIPAL DE SAÚDE - SAMS - DO DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM SAÚDE, REFERENTES AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026. Em 27 (vinte e sete) de maio de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18 horas, temporariamente na Associação Ibitinguense Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ibitinga - Crea (Rua Antônio Casemiro, nº 45 – Bairro Petrópolis - Ibitinga/SP, foi realizada a Audiência Pública para Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município, Demonstração do cumprimento das Metas Orçamentarias do Poder Executivo e apresentação pelo Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS - do demonstrativo de aplicação dos recursos em saúde, todos referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. O Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Ricardo Prado abriu a presente audiência cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes e informando que esta audiência terá duração de duas horas, prorrogando se necessário para a conclusão do assunto, e que está sendo gravada e transmitida pelo Facebook oficial da Casa, que após o término será postado no site da Câmara e que será lavrada a ata junto a esta Comissão. Informou também que população que está assistindo de casa a audiência poderá fazer questionamento através do e-mail: camara@camaraibitinga.sp.gov.br, se identificando com o nome completo e CPF mencionando audiência pública 27/05/2026. Os arquivos que serão apresentados estão disponibilizados no site da Câmara Municipal: www.ibitinga.sp.leg.br – atividade legislativa – audiência pública – 2026. Neste momento registrou a presença dos seguintes vereadores: Vereador Antonio Esmael Alves de Mira, Presidente da Casa, Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado – Vice-Presidente da Comissão, Vereador José Aparecido da Rocha, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal – senhor Maurício Rodrigues Mergulhão, Diretor de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal – Senhor Lilson Aparecido Chinelato Matioli. Gestora do SAMS – senhora Queila Teruel Pavani, contador do SAMS – senhor Fernando Nicolau, Diretora Financeira da Casa – senhora Fátima Aparecida Johansen e Diretora Administrativa da Casa – senhora Kátia Bazoni. Na sequência, o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e solicitou ao Vice-Presidente a leitura da pauta e após, convidou a representante da Câmara Municipal, Senhora Fátima para realizar a apresentação dos dados referentes à execução orçamentária do Poder Legislativo no primeiro quadrimestre do exercício de 2026 – **MTR nº 478/2026**. Com a palavra, a Senhora Fátima informou que o orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2026 foi aprovado por meio da Lei Municipal nº 5.880, de 12 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 8.744.000,00. Relatou que, até o encerramento do primeiro quadrimestre, o Legislativo já havia recebido do Poder Executivo o montante de R\$ 2.908.000,00, por meio de repasses efetuados mensalmente e dentro dos prazos legais. Prosseguindo, apresentou as dotações orçamentárias e a execução financeira dos programas e ações do Poder Legislativo, destacando as despesas com subsídios dos vereadores, obrigações patronais, realização de concurso público, manutenção e reforma do prédio-sede, aquisição de veículo, assistência médica aos servidores, auxílio-alimentação, manutenção das atividades administrativas, vencimentos e encargos dos servidores, material de consumo, despesas com viagens e locomoção, serviços de consultoria, locação de imóvel, serviços de terceiros, aquisição de equipamentos e material permanente, manutenção das atividades tecnológicas, publicidade institucional, gestão da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e capacitação de servidores e vereadores. Informou que, do orçamento total de R\$ 8.744.000,00, foram empenhados até 30 de abril de 2026 o valor de R\$ 2.138.500,03, restando saldo orçamentário de R\$ 6.605.499,97 para utilização até o final do exercício. Apresentou, ainda, demonstrativo comparativo entre os repasses recebidos e as despesas realizadas, registrando que a Câmara recebeu R\$ 2.908.000,00 e empenhou R\$ 2.138.500,03, resultando em superávit financeiro de R\$ 769.499,97 no período. Na sequência, informou que a disponibilidade financeira da Câmara Municipal em 30 de abril de 2026 era composta por R\$ 716.003,57 em conta corrente e R\$ 1.386.251,76 em aplicações financeiras, totalizando R\$ 2.102.255,33. Por fim, apresentou o demonstrativo de Restos

a Pagar, esclarecendo que havia saldo de exercícios anteriores não processados no valor de R\$ 139.395,41, bem como inscrição de Restos a Pagar não processados do exercício de 2025 no valor de R\$ 391.182,66. Informou ainda a existência de consignações referentes a empréstimos consignados, as quais foram devidamente quitadas até 30 de abril de 2026. Após as baixas realizadas no período, permaneceu saldo de Restos a Pagar no montante de R\$ 491.658,47. Esclareceu que o saldo de Restos a Pagar no valor de R\$ 491.658,47 era composto por obrigações ainda pendentes de pagamento, sendo: R\$ 139.067,93 referentes à Construtora Joli; R\$ 7.490,54 relativos à empresa GVT, responsável pela fiscalização da obra da nova sede da Câmara; R\$ 5.700,00 destinados à empresa OM Consultoria, responsável pela realização do concurso público para o cargo de contador; e R\$ 339.400,00 referentes à empresa Fanaia Móveis, vencedora de licitação realizada no exercício anterior para aquisição de móveis planejados destinados à futura instalação na nova sede do Poder Legislativo. Informou que a soma desses valores corresponde ao montante total dos Restos a Pagar apresentados. Aberta a palavra aos vereadores para questionamentos, o Presidente agradeceu à Senhora Fátima e perguntou acerca da dotação orçamentária destinada à manutenção e reforma do prédio da Câmara Municipal, especificamente em relação à rubrica “Obras e Instalações”. A Senhora Fátima esclareceu que a dotação inicial para essa finalidade era de R\$ 80.000,00 e que, até 30 de abril de 2026, havia sido empenhado o valor de R\$ 6.250,00, destinado à contratação de serviços técnicos de engenharia para levantamento dos serviços remanescentes necessários à conclusão da obra da nova sede da Câmara Municipal, bem como para atualização das respectivas planilhas orçamentárias. A Diretora Administrativa complementou a informação, esclarecendo que, em razão da rescisão contratual com a Construtora Joli, tornou-se necessária a realização de novo levantamento técnico, considerando a defasagem dos valores originalmente previstos, a existência de serviços não executados e a ocorrência de furtos nas dependências da obra. Assim, a empresa contratada ficou responsável pela atualização dos quantitativos e custos dos serviços pendentes, possibilitando a abertura de novo processo licitatório para contratação de empresa que concluirá a construção da sede própria do Legislativo. Não havendo outros questionamentos por parte dos vereadores ou dos participantes que acompanhavam a audiência por meio do site da Câmara Municipal, a Senhora Fátima deu continuidade à apresentação dos demonstrativos constitucionais e legais referentes aos limites de gastos do Poder Legislativo. Inicialmente, apresentou o demonstrativo relativo ao subsídio dos vereadores, informando que os valores pagos encontram-se dentro do limite constitucional correspondente a 40% do subsídio dos Deputados Estaduais. Na sequência, apresentou o limite constitucional das despesas do Poder Legislativo, esclarecendo que a Câmara Municipal pode utilizar até 7% da Receita Corrente Líquida do Município. Informou que o limite máximo permitido seria de R\$ 23.888.763,24, enquanto o orçamento da Câmara para o exercício é de R\$ 8.744.000,00, encontrando-se, portanto, plenamente dentro dos parâmetros legais. Em seguida, apresentou o demonstrativo referente ao limite de gastos com folha de pagamento, destacando que a Câmara Municipal pode utilizar até 70% dos recursos recebidos por meio dos repasses constitucionais para essa finalidade. Informou que, até o mês de abril, o limite permitido era de R\$ 508.900,00, enquanto o gasto efetivamente realizado foi de R\$ 392.111,41. Posteriormente, apresentou o demonstrativo relativo às despesas com pessoal, esclarecendo que o Poder Legislativo pode comprometer até 6% da Receita Corrente Líquida do Município com despesas dessa natureza. Informou que, no período analisado, o limite permitido era de R\$ 1.784.404,20, enquanto a despesa efetivamente realizada foi de R\$ 345.820,99. Por fim, apresentou o demonstrativo de disponibilidade financeira, informando que a Câmara Municipal possuía, em 30 de abril de 2026, disponibilidade financeira de R\$ 2.102.255,33. Desse montante, foram considerados os Restos a Pagar não processados, no valor de R\$ 491.658,47, os empenhos liquidados a pagar, no valor de R\$ 424.582,43, e as despesas ainda a serem empenhadas, no valor de R\$ 488.733,84, resultando em liquidez financeira de R\$ 697.279,59. Informou ainda que a Câmara Municipal possui saldo de repasses a receber no valor de R\$ 5.836.000,00 até o final do exercício, bem como saldo orçamentário disponível para execução no montante de R\$ 6.605.499,97. Encerrada a apresentação do Poder Legislativo, a Senhora Fátima agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Na

sequência, foi explanada a **MTR nº 509/2026**, sendo concedida a palavra ao Senhor Fernando, representante do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, para apresentação da prestação de contas referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Iniciando sua exposição, o Senhor Fernando informou que a apresentação havia sido reformulada com o objetivo de proporcionar melhor visualização dos dados, incluindo informações completas sobre as unidades de saúde e dados complementares da Santa Casa. Apresentou inicialmente o demonstrativo das receitas que compõem a base de cálculo para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, destacando que a soma das receitas provenientes de IPTU, ISS, ITBI, Fundo de Participação dos Municípios, Imposto de Renda Retido na Fonte, ITR, ICMS, IPVA, multas, juros e demais receitas tributárias totalizou R\$ 78.382.494,69 no primeiro quadrimestre de 2026. Esclareceu que, nos termos da Constituição Federal, o Município deveria aplicar no mínimo 15% desse montante em ações e serviços públicos de saúde, o que corresponderia a R\$ 11.757.374,20. Prosseguindo, apresentou o demonstrativo de aplicação dos recursos na área da saúde, informando que as despesas liquidadas totalizaram R\$ 22.948.179,69. Após a dedução das despesas consideradas adicionais, no valor de R\$ 7.389.573,21, apurou-se aplicação de recursos próprios na ordem de R\$ 15.558.606,48, correspondente a 19,85% da receita considerada para o cálculo, percentual superior ao mínimo constitucional exigido. Na sequência, apresentou os indicadores per capita de investimento em saúde, informando que, considerando todos os recursos aplicados, o investimento correspondeu a R\$ 370,68 por habitante, enquanto a aplicação exclusivamente com recursos próprios do Município alcançou R\$ 251,31 por habitante. Também foi apresentada série histórica demonstrando a evolução dos investimentos per capita em saúde entre os anos de 2022 e o primeiro quadrimestre de 2026, evidenciando crescimento gradual dos recursos destinados ao setor. Posteriormente, apresentou o resumo das receitas e despesas do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, informando que o exercício de 2026 iniciou com saldo financeiro de R\$ 6.100.275,24. Acrescentadas as receitas arrecadadas, as receitas extraorçamentárias e as transferências recebidas do Município, e descontadas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias realizadas, o saldo financeiro disponível em 30 de abril de 2026 totalizava R\$ 5.959.272,42. Por fim, apresentou o demonstrativo de Restos a Pagar do SAMS, informando que haviam sido inscritos R\$ 3.922.115,61 em exercícios anteriores. Até 30 de abril de 2026 foram pagos R\$ 2.974.062,43 e anulados R\$ 1.983,61, restando saldo a pagar de R\$ 946.069,57. Comparou entre a receita e a despesa do orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS para o exercício de 2026. Apresentou esclarecimento acerca da execução orçamentária do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, especialmente em relação aos Restos a Pagar. O Vereador José Rocha cumprimentou os presentes e questionou o Senhor Fernando acerca do demonstrativo financeiro apresentado pelo Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, especialmente quanto ao percentual de 60,07% da despesa orçamentária já empenhada no primeiro quadrimestre do exercício. Manifestou preocupação sobre a possibilidade de insuficiência de recursos para atendimento das demandas da saúde até o final do ano, considerando o aumento da procura pelos serviços de urgência e emergência, bem como fatores sazonais, como o período de inverno e o crescimento dos casos de doenças respiratórias. Em resposta, o Senhor Fernando esclareceu que o percentual apresentado refere-se a despesas empenhadas e não necessariamente pagas ou executadas. Explicou que, tradicionalmente, grande parte dos contratos e aquisições da área da saúde é empenhada no início do exercício, especialmente compras de medicamentos, insumos e contratos de prestação de serviços com vigência anual, motivo pelo qual o percentual de empenho costuma ser mais elevado nos primeiros meses do ano. Complementando os esclarecimentos, foi destacado que o Município ainda não havia recebido integralmente as receitas previstas para o exercício, tendo arrecadado aproximadamente 29,35% da receita orçada até aquele momento, o que demonstra a existência de recursos a ingressar nos cofres públicos ao longo do restante do exercício financeiro. Também foi esclarecido que o valor empenhado não corresponde necessariamente a despesa já executada ou paga, uma vez que diversos contratos possuem execução parcelada durante todo o ano, sendo as liquidações e pagamentos realizados gradativamente conforme a prestação dos serviços ou entrega dos materiais contratados. Dando continuidade à apresentação, o Senhor Fernando informou que, do total empenhado de R\$

49.651.904,67, haviam sido liquidados R\$ 22.440.183,88 e pagos R\$ 21.317.114,54, permanecendo saldo a pagar de R\$ 28.334.790,13, considerando os compromissos já assumidos. Na sequência, apresentou demonstrativo específico dos repasses destinados à Santa Casa de Misericórdia, elaborado em atendimento a solicitação formulada em audiência anterior. Explicou que os recursos foram segregados por fontes de financiamento, identificadas pelos códigos 1, 2, 5 e 8, correspondentes, respectivamente, aos recursos municipais, estaduais, federais e provenientes de emendas impositivas dos vereadores. Informou que o orçamento total destinado à Santa Casa para o exercício de 2026 corresponde ao valor de R\$ 37.727.887,80. Desse montante, já haviam sido empenhados R\$ 34.363.348,77 e transferidos à entidade, mediante liquidação e pagamento, o valor de R\$ 11.170.713,86 durante o primeiro quadrimestre. Esclareceu ainda que os valores recebidos por meio de emendas parlamentares estaduais e federais são contabilizados nas respectivas fontes de recursos estaduais e federais, observando as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e acompanhadas pelo Tribunal de Contas. O Vereador José Rocha questionou acerca dos repasses destinados à Santa Casa de Misericórdia, observando que, do total orçado de R\$ 37.727.887,80, já haviam sido liquidados e pagos aproximadamente R\$ 11 milhões. Demonstrou preocupação quanto à possibilidade de a entidade necessitar de aditamentos financeiros ao longo do exercício. Em resposta, o Senhor Fernando esclareceu que existe a possibilidade de solicitações de aditamentos aos convênios e termos de colaboração firmados com a Santa Casa, especialmente quando houver recebimento de emendas parlamentares destinadas à instituição. Quanto à eventual ampliação de recursos próprios do Município, informou que tal decisão compete à Administração Municipal. Na sequência, o Presidente da Comissão, levantou a questão relacionada ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS dos funcionários da Santa Casa. Com a palavra, a Senhora Queila confirmou que, a partir do exercício atual, os depósitos do FGTS passaram a ser realizados regularmente. Informou que a Administração Municipal constituiu força-tarefa para regularização das obrigações trabalhistas correntes da instituição e esclareceu que os débitos acumulados de exercícios anteriores, resultantes de mais de duas décadas sem recolhimento regular, encontram-se em processo de negociação. O Vereador José Rocha manifestou entendimento de que a regularização dessas obrigações representa medida importante para valorização dos profissionais da saúde, destacando a relevância dos trabalhadores que atuam na linha de frente do atendimento à população, especialmente após os desafios enfrentados durante o período da pandemia. Em seguida, a Senhora Queila destacou que o aumento significativo da demanda pelos serviços de saúde, especialmente no Centro de Especialidades, que registrou crescimento de aproximadamente oitocentas consultas mensais em comparação ao ano anterior, gera custos adicionais ao sistema. Ressaltou ainda a importância das emendas impositivas destinadas pelos vereadores à área da saúde, especialmente à Santa Casa, uma vez que esses recursos possibilitam o custeio de ações e serviços assistenciais, permitindo que outras receitas sejam direcionadas para despesas administrativas e trabalhistas. O Vereador José Rocha ponderou que a transparência na gestão dos recursos é fundamental para estimular novos investimentos e manifestações de apoio financeiro à instituição. Em resposta, a Senhora Queila informou que atualmente existe acompanhamento rigoroso dos recursos repassados à Santa Casa, realizado por comissão responsável pela fiscalização das despesas e da aplicação dos valores transferidos pelo Município. Na sequência, a Senhora Queila informou que está prevista para o mês de junho a abertura de concurso público destinado ao provimento de diversos cargos na área da saúde, incluindo fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e outros profissionais necessários ao fortalecimento da rede municipal de atendimento. Após os esclarecimentos, o Senhor Fernando deu continuidade à apresentação dos indicadores da saúde. Inicialmente, apresentou o demonstrativo das vacinas aplicadas durante o primeiro quadrimestre de 2026, informando que foram administradas 16.205 doses, destacando-se significativo aumento no mês de abril, impulsionado principalmente pela campanha de vacinação contra a gripe. Informou ainda que o Município se prepara para a futura campanha de vacinação contra a dengue, com imunizante desenvolvido pelo Instituto Butantan, destacando a importância dessa medida para o combate à doença. Na oportunidade, ressaltou os esforços da Administração Municipal para descentralizar os serviços de vacinação, com

implantação de salas de vacina em diversas unidades de saúde, incluindo os bairros, Santo Expedito, Santo Antônio, Campo Belo e Jardim Ipê, além da inauguração de nova sala na Vila Simões e futura instalação nos Bancários. Destacou também a utilização da unidade móvel de saúde para ampliação do acesso da população às campanhas de imunização. Prosseguindo, apresentou o demonstrativo das consultas médicas realizadas nas unidades básicas de saúde, informando que foram registrados 26.863 atendimentos médicos durante o quadrimestre, sendo o Centro de Saúde II a unidade com maior volume de consultas, totalizando 4.434 atendimentos. Quanto aos atendimentos de pré-natal, informou a realização de 1.126 consultas, destacando a atuação das unidades de saúde da família e unidades básicas de saúde do Município. Apresentou ainda os dados relativos às consultas de enfermagem, que totalizaram 6.383 atendimentos, bem como os atendimentos realizados por outros profissionais da saúde, incluindo assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, profissionais de educação física, psicólogos e terapeutas ocupacionais, totalizando 673 atendimentos. Na área odontológica, foram registrados 2.622 atendimentos clínicos e 8.713 procedimentos odontológicos realizados durante o período. Também foram apresentados os dados relativos aos exames complementares, destacando-se 211 exames do pezinho, 836 coletas para exame citopatológico (Papanicolau) e 143 audiometrias. Com relação aos procedimentos realizados nas unidades de saúde, informou que foram registrados 86.495 atendimentos. Os agentes comunitários de saúde realizaram 21.384 visitas domiciliares, enquanto as equipes multiprofissionais efetuaram 444 visitas domiciliares no quadrimestre. No tocante aos exames diagnósticos, incluindo análises laboratoriais, radiografias, ultrassonografias, tomografias e ressonâncias magnéticas, foram realizados 73.525 exames. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU registrou 485 atendimentos, compreendendo ocorrências pré-hospitalares e transportes inter-hospitalares. Na área de vigilância e controle de zoonoses, foram capturados seis animais, promovidas seis adoções e realizadas 617 castrações. A Unidade de Pronto Atendimento – UPA registrou 121.862 procedimentos no período, enquanto o Pronto-Socorro da Vila Maria contabilizou 58.939 procedimentos. Por fim, foi apresentado o consolidado da produção das unidades de saúde do Município, totalizando 359.528 procedimentos e atendimentos realizados por toda a rede municipal durante o primeiro quadrimestre de 2026. Encerrada a exposição dos dados, o Presidente da Comissão agradeceu ao Senhor Fernando pela apresentação e abriu espaço para novos questionamentos dos vereadores. O Vereador José Rocha questionou especificamente os números apresentados pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA, observando o elevado volume de atendimentos registrados. Em resposta, esclareceu que parcela significativa dos usuários atendidos na unidade procura o serviço para situações classificadas como de baixa complexidade, identificadas pelos protocolos de classificação de risco como casos verdes e azuis, os quais poderiam ser atendidos nas unidades básicas de saúde, contribuindo para o aumento da demanda nos serviços de urgência e emergência. Antes do encerramento da apresentação do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, foram prestados esclarecimentos acerca da elevada demanda registrada na Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Foi explicado que grande parte dos atendimentos realizados refere-se a casos classificados como de baixa complexidade, que poderiam ser atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde mediante agendamento prévio. Como exemplo, foi citado o caso de pacientes que procuram a UPA com queixas de dores crônicas, existentes há vários meses, situações que não configuram urgência ou emergência. Foi ressaltado que esse comportamento contribui para a sobrecarga da unidade, ocupando vagas que deveriam ser destinadas a casos efetivamente emergenciais, como infartos, acidentes graves e outras situações que apresentam risco iminente à vida. Foi destacado que a Administração Municipal busca constantemente conscientizar a população sobre a correta utilização dos serviços de saúde, incentivando o atendimento inicial pelas unidades básicas nos casos de menor complexidade. Também foi esclarecido que essa realidade não é exclusiva do Município de Ibitinga, sendo observada em diversas cidades brasileiras. Durante os debates, foi sugerida a realização de campanhas de conscientização mais intensas, utilizando dados estatísticos para demonstrar à população a diferença entre atendimentos de urgência e emergência e aqueles que poderiam ser resolvidos na atenção básica, visando reduzir custos e otimizar os serviços prestados pela UPA.

Ainda sobre o tema, foi levantada a possibilidade de disponibilização de atendimento pediátrico na UPA. Em resposta, foi esclarecido que a especialidade de pediatria enfrenta escassez de profissionais em toda a região, dificultando inclusive a contratação para atendimento nas unidades básicas e no Centro de Especialidades, razão pela qual não há atualmente médico pediatra fixo na UPA. Não havendo novos questionamentos dirigidos ao Senhor Fernando ou à Senhora Queila, o Presidente da Comissão agradeceu a participação de ambos, destacando que os demonstrativos apresentados atenderam solicitação formulada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade desde o exercício de 2025, proporcionando maior transparência e detalhamento das informações, especialmente quanto aos repasses destinados à Santa Casa de Misericórdia. A Senhora Queila agradeceu o reconhecimento e destacou o trabalho desenvolvido pelos servidores do SAMS na elaboração dos levantamentos e estudos que possibilitaram a apresentação dos dados de forma mais clara e acessível à população e aos vereadores. Na sequência, o Presidente solicitou ao Vereador César, Primeiro Secretário da Comissão, a leitura do terceiro item constante da pauta da Audiência Pública, referente à **MTR nº 495/2026**, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Ibitinga, tratando das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026. Ato contínuo, foi concedida a palavra ao Secretário Municipal de Finanças, Senhor Maurício Mergulhão, acompanhado do Diretor Senhor Lilson, para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Antes do início da apresentação, o Vereador José Rocha solicitou autorização para se retirar da audiência em razão de compromisso previamente assumido. Na oportunidade, parabenizou os organizadores pela realização da audiência pública, ressaltando a importância do acompanhamento permanente dos indicadores da saúde e da fiscalização exercida pelo Poder Legislativo, destacando que compete ao Executivo administrar e executar as políticas públicas e ao Legislativo fiscalizar sua execução. Em seguida, o Senhor Maurício Mergulhão cumprimentou os vereadores presentes, os membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, os servidores do Legislativo, os representantes do Executivo Municipal e os representantes do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS. Iniciando sua apresentação, informou que a audiência tinha por finalidade demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Esclareceu que seriam apresentados os principais aspectos relacionados ao resultado primário, às receitas, despesas e à dívida consolidada do Município, abrangendo os dados da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Ibitinga. Quanto ao resultado primário, informou que a previsão de receitas fiscais para o primeiro quadrimestre era de R\$ 343.199.304,00, tendo sido efetivamente arrecadado o valor de R\$ 113.506.714,77, correspondente a 33,08% do total previsto para o período. No tocante às despesas fiscais, informou que a previsão para o quadrimestre era de R\$ 363.280.932,64, sendo executado o montante de R\$ 100.685.610,36, correspondente a 27,72% do valor previsto. Como consequência, o resultado primário apurado no período apresentou superávit de R\$ 12.821.10,41, demonstrando a capacidade do Município de honrar seus compromissos financeiros e assegurar recursos suficientes para o pagamento do serviço da dívida pública. Questionado acerca da diferença entre o resultado primário apresentado no encerramento do exercício de 2025 e o resultado do primeiro quadrimestre de 2026, o Senhor Maurício esclareceu que os valores não são comparáveis diretamente, uma vez que o resultado de R\$ 20.063.403,60 apresentado anteriormente correspondia ao fechamento de todo o exercício de 2025, enquanto o valor de R\$ 12.821.10,41 refere-se exclusivamente aos quatro primeiros meses de 2026. Prosseguindo, informou que a receita total realizada no quadrimestre alcançou R\$ 115.910.254,51, correspondendo a 33,16% da previsão para o período. Destacou que as receitas correntes totalizaram R\$ 114.811.595,49, equivalentes a 33,56% da previsão, enquanto as receitas de capital somaram R\$ 866.174,92 e as receitas intraorçamentárias atingiram R\$ 232.484,10. Com relação às despesas, informou que o total empenhado atingiu R\$ 177.221.119,51, enquanto as despesas liquidadas totalizaram R\$ 91.718.881,32 e as efetivamente pagas alcançaram R\$ 85.912.277,67. Destacou que a arrecadação do período superou as despesas liquidadas em R\$ 24.191.373,19, demonstrando equilíbrio financeiro e capacidade de cumprimento das obrigações assumidas pelo

Município. Apresentou ainda o demonstrativo de despesas com pessoal, informando que, no período compreendido entre maio de 2025 e abril de 2026, os gastos com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 127.449.055,77, correspondendo a 38,64% da Receita Corrente Líquida Ajustada, percentual significativamente inferior ao limite prudencial de 51,30% e ao limite máximo de 54% estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência, apresentou os dados relativos aos Restos a Pagar, informando que os valores inscritos ao final do exercício de 2025 e em exercícios anteriores totalizavam R\$ 23.823.484,23. Até o encerramento do primeiro quadrimestre de 2026 foram pagos R\$ 14.773.426,69, cancelados R\$ 557.707,72 e permaneceu saldo remanescente de R\$ 8.492.349,82. Quanto à dívida consolidada líquida, informou que o Município não possuía saldo de dívida consolidada líquida ao final do quadrimestre, permanecendo dentro dos limites legais estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. Na área da educação, destacou que a aplicação mínima constitucional corresponde a 25% das receitas vinculadas, sendo exigido para o período o montante de R\$ 19.595.623,67. Informou que o Município empenhou R\$ 29.861.374,13, liquidou R\$ 19.381.398,47 e pagou R\$ 18.571.177,36, correspondendo a percentuais de aplicação de 38,08%, 24,71% e 23,71%, respectivamente. Com relação ao FUNDEB, informou que o percentual destinado à remuneração dos profissionais do magistério alcançou 78,19% dos recursos do fundo, superando o mínimo legal de 70%, enquanto as demais despesas representaram 9,71%, totalizando aplicação de 87,90% dos recursos disponíveis. Na área da saúde, reafirmou os dados já apresentados anteriormente pelo Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, informando que o Município aplicou 19,85% das receitas vinculadas em ações e serviços públicos de saúde, percentual superior ao mínimo constitucional de 15%, representando investimento total de R\$ 15.558.606,48. Ao final da exposição, o Senhor Maurício concluiu que o Município de Ibitinga cumpriu integralmente todas as metas fiscais previstas para o primeiro quadrimestre de 2026, demonstrando responsabilidade fiscal, equilíbrio financeiro e observância aos limites constitucionais e legais estabelecidos pela legislação vigente. Aberto espaço para questionamentos, o Presidente da Comissão questionou sobre os percentuais apresentados, sendo respondido que há compatibilidade com a execução orçamentária esperada para os quatro primeiros meses do exercício, correspondendo aproximadamente a um terço do ano fiscal. Não havendo novas manifestações, o Presidente informou que a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade elaborará suas conclusões sobre os demonstrativos apresentados, as quais serão posteriormente divulgadas à população por meio da imprensa local. Por fim, agradeceu a presença dos vereadores, autoridades, servidores públicos, representantes do Executivo Municipal, do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, da Câmara Municipal e de todos os cidadãos que acompanharam a audiência presencialmente ou pelas redes sociais. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a audiência. Esta Ata, resumo da Ata Eletrônica em áudio, disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, foi lavrada por mim, Vereador José Nilson Viana – Secretário desta Comissão, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão presentes. Ibitinga, 27 de maio de 2026.

Presidente – Vereador Adão Ricardo Vieira do Prado _____
Vice-Presidente – Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado _____
Secretário – Vereador José Nilson Viana _____

Assinado digitalmente por
CESAR DIEGO
SANDOVAL MAS
URTADO
Data: 15/06/2026 17:40

Assinado digitalmente
por JOSE NILSON
VIANA
Data: 15/06/2026 17:41

Assinado digitalmente
por ADAO RICARDO
VIEIRA DO PRADO
Data: 15/06/2026 18:25